

**idp**

v. 5 n. 6

**187**

# DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## WORKING PAPER

**A BUROCRACIA ESTADUAL EM PERSPECTIVA  
COMPARADA: O DISTRITO FEDERAL E OS DEMAIS  
ESTADOS DA FEDERAÇÃO**

Daniel Figuerôa Bretas  
Dr. Felix Garcia Lopez

[www.idp.edu.br](http://www.idp.edu.br)

# A BUROCRACIA ESTADUAL EM PERSPECTIVA COMPARADA: O DISTRITO FEDERAL E OS DEMAIS ESTADOS DA FEDERAÇÃO

DANIEL FIGUERÔA BRETAS<sup>1</sup>

FELIX GARCIA LOPEZ<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP – Brasil. E-mail: [daniel.bretas@economia.df.gov.br](mailto:daniel.bretas@economia.df.gov.br); ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1072-3846> e Currículo *Lattes*: <https://lattes.cnpq.br/9031152184123136>.

<sup>2</sup> Doutor e Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Brasil. E-mail: [felixglopez@gmail.com](mailto:felixglopez@gmail.com) e Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/4873440713130551>

Os autores agradecem a Marcson Araújo pelo apoio na tabulação e cálculos dos dados que compõem este texto e ao IDP, pela bolsa de pesquisa que apoiou este trabalho. Agradecem também ao Ipea e ao Atlas do Estado Brasileiro por disponibilizar os dados que constituem o insumo fundamental da análise empírica deste texto.

## IDP

O IDP é um centro de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão nas áreas da Administração Pública, Direito e Economia. O Instituto tem como um de seus objetivos centrais a profusão e difusão do conhecimento de assuntos estratégicos nas áreas em que atua, constituindo-se um *think tank* independente que visa contribuir para as transformações sociais, políticas e econômicas do Brasil.

### DIREÇÃO E COORDENAÇÃO

#### Diretor Geral

Francisco Schertel

#### Coordenador do Mestrado Profissional em Administração Pública

Caio Resende

### CONSELHO EDITORIAL

#### Coordenação

Paulo Castro

Renan Holtermann

Milton Mendonça

#### Supervisão e Revisão

Emmanuel Brasil

Débora Dossiatti

#### Apoio Técnico

Igor Silva

#### Projeto gráfico e diagramação

Juliana Vasconcelos

# DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Revista Técnica** voltada à divulgação de resultados preliminares de estudos e pesquisas aplicados em desenvolvimento por professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação com o objetivo de estimular a produção e a discussão de conhecimentos técnicos relevantes na área de Administração Pública.

**Convidamos a comunidade** acadêmica e profissional a enviar comentários e críticas aos autores, visando o aprimoramento dos trabalhos para futura publicação. Por seu propósito se concentrar na recepção de comentários e críticas, a Revista Debates em Administração Pública não possui ISSN e não fere o ineditismo dos trabalhos divulgados.

**As publicações** da Revista estão disponíveis para acesso e download gratuito no formato PDF. Acesse: [www.idp.edu.br](http://www.idp.edu.br)

**As opiniões emitidas** nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IDP. **Qualquer citação** aos trabalhos da Revista só é permitida mediante autorização expressa do(s) autor(es).

1. Introdução	6
2. Referencial Teórico	10
3. Metodologia	16
4. Resultados e Discussão	17
5. Considerações finais	25
6. Referências	27

## Resumo:

Este artigo analisa, com dados e abordagem descritiva aspectos da trajetória da força de trabalho no funcionalismo dos estados nas últimas décadas. Para tanto, compila dados das unidades federativas e, quando possível, enfatiza aspectos comparados da trajetória do Distrito Federal. Realiza, ainda, análises sobre algumas dimensões das desigualdades e da heterogeneidade do setor público estadual, tais como as diferenças por segmentos de cor, sexo, escolaridade e remuneração. Por fim, situa o funcionalismo estadual em relação aos demais níveis federativos. As descrições apontam heterogeneidades significativas entre unidades federadas e, ainda persistência e estabilidade nos níveis das desigualdades observadas, em particular por cor e por sexo.

**Palavras-Chave:** burocracia estadual; funcionalismo estadual; desigualdades no setor público.

## Abstract:

This article analyzes, using descriptive data, aspects of the workforce trajectory in state civil service over recent decades. It compiles data from federal units and emphasizes comparative aspects of the Federal District's trajectory when possible. It also analyzes dimensions of inequality and heterogeneity in the state public sector, such as differences by race, gender, education, and remuneration. Finally, it situates the state civil service in relation to other federal levels. The descriptions point to significant heterogeneities among federative units and persistent and stable levels of observed inequalities, particularly by race and gender.

**Keywords:** state bureaucracy; state civil service; public sector inequalities.

## 1. INTRODUÇÃO

Os governos e as burocracias estaduais perderam relevância comparada, considerando os municípios e a União em termos quantitativos e administrativos, desde a promulgação da Constituição de 1988, em parte devido à distribuição das competências em políticas públicas definidas naquele documento, e parte pela interpretação que foi sendo construída do arranjo federativo brasileiro desde então (Arretche, 2015; Palotti et al. 2023). A Constituição ensejou um movimento de municipalização das políticas públicas e, em decorrência, de expansão da força de trabalho no setor público municipal. As reformas econômicas nos anos 1990, com amplo movimento de privatização dos serviços públicos estaduais e reformas administrativas que enfraquecem a própria noção de uma burocracia estruturada, weberiana, também contribuiu para reduzir o espaço relativo das burocracias estaduais na burocracia nacional (Lopez, 2024).

Os estudos sobre a burocracia estadual se mostram menos numerosos que seu potencial analítico comparado, e sua relevância aplicada para lidar com os problemas dos cidadãos sugerem. Tal percepção pode se dar pela perda ou não da relevância relativa das burocracias estaduais diante da capacidade administrativas de seus agentes e dos serviços prestados, orçamentárias e regulatórias da burocracia federal ou do vigor implementador das burocracias municipais..

Afinal, em qualquer de seus níveis administrativos, a burocracia é parte fundamental da ossatura do Estado e de suas capacidades de atuação. Este corpo de trabalhadores, técnicos e políticos, dão consistência ao setor público e vida às políticas públicas. Embora a

força de trabalho no setor público da federação brasileira se concentre nos estados e nos municípios, onde estão 95% dos vínculos de trabalho, as pesquisas empíricas nas ciências sociais são mais pronunciadas quando o objeto de análise é o funcionalismo federal. É comum até mesmo que tais pesquisas sirvam de balizas para nortear as caracterizações sobre a burocracia subnacional (Lopez e Guedes, 2023). Também por isso, maior volume de investigação empírica, descritiva e analítica, é passo necessário para se conhecer e realizar diagnósticos e prognósticos aplicados sobre as burocracias subnacionais e suas respectivas políticas públicas.

Este artigo, em inédita iniciativa, contribui para caracterizar o funcionalismo dos estados brasileiros, em perspectiva longitudinal e comparada, concentrando o foco de análise no funcionalismo dos estados e do Distrito Federal. Os dados consistem em todos os vínculos de trabalho, independente da forma de contratação: estatutários, celetistas e temporários.

O período de análise cobre 37 anos, de 1985 a 2021. Trata-se do período em que há disponibilidade dos dados tabulados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e com dados tratados e disponibilizados pela plataforma Atlas do Estado Brasileiro, sob gestão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Nesse período, os vínculos no setor público aumentaram de 4,8 milhões para 10,8 milhões de servidores nos três poderes. Desde 2014, a força de trabalho no setor público não se expandiu, também em função da contínua crise econômica que marcou o período, e gradualmente reduziu a disponibilidade orçamentária de estados e municípios. (Guedes; Lopez, 2023)

O principal propósito deste trabalho será mapear as características do funcionalismo público estadual, por unidade federativa, mas concentrando a análise nos dados da burocracia distrital. O ponto de partida da análise é o de que descrições bem feitas são etapas sem as quais boas análises aplicadas sobre o funcionalismo não podem ser realizadas

(Gerring, 2012). Nesses termos, o principal objetivo é caracterizar o funcionalismo subnacional, adotando uma perspectiva também longitudinal-comparada. Deste objetivo mais geral decorrem objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico é apresentar tabulações e visualização comparadas entre estados e análise longitudinal das UFs, interpretando seus principais resultados. Dentro deste escopo, serão utilizadas as seguintes informações.

Primeiro conjunto de dados: sociodemográficos:

a) Trajetória do total de vínculos de trabalho no executivo estadual, por UF (1985-2021).

b) Trajetória do total de vínculos de trabalho, por categorias de cor e sexo, por UF (1985-2021).

O segundo conjunto de dados inclui as remunerações

a) Trajetória das remunerações médias e medianas no funcionalismo estadual, por UF (1985-2021).

O terceiro conjunto de dados trata das diferenças e desigualdades remuneratórias com base nas diferentes categorias de cor e de sexo, em particular,

a) Razão salarial entre o primeiro e nono decil das remunerações, por UF.

b) Diferenças na remuneração média por categorias de cor e de sexo, por UF.

c) Trajetória da escolaridade dos servidores estaduais.

Parte do exercício de caracterização do funcionalismo estadual, em particular do DF, inclui situá-lo em relação ao funcionalismo nacional. Nesses termos, o trabalho também apresenta alguns dados longitudinais gerais, em particular:

a) Proporção de vínculos de trabalho no funcionalismo nacional, por nível federativo (1985-2021).

b) Trajetória da remuneração do funcionalismo estadual em relação ao funcionalismo federal e municipal.

c) Análise comparada, para o último ano (2021), da distribuição dos vínculos por sexo e por categorias de cor, no funcionalismo municipal, estadual e federal.

As três tabulações acima visam contextualizar o funcionalismo estadual no funcionalismo nacional.

A deficiência em tal caracterização é apontada pela literatura recente (Lopez, Batista & Marengo, 2024). Por meio desse esforço esperamos contribuir para análises voltadas à administração pública dos estados.

Um estudo descritivo e comparado como o proposto pode atender diferentes propósitos subsequentes, entre os quais estão: apoiar na compreensão da variação na eficiência observada entre as burocracias estaduais e nas diferenças entre arranjos de implementação de políticas. Pode, ainda, como apontam Monteiro e Severian (2023) ensejar a uma exploração sobre a relação entre expansão e contração da força de trabalho no setor público e o desenvolvimento econômico local. Por fim, o conhecimento detalhado sobre o funcionamento das burocracias é essencial para subsidiar propostas de reforma da administração pública que visem torná-las mais ágeis e efetivas. Até mesmo a compreensão de variações em aspectos da cultura organizacional, que talvez se espelhe na distribuição dos

perfis de remuneração por áreas das políticas, um estudo comparado como este apresentado pode ensejar.

Ainda assim, e embora os tópicos elencados acima sejam relevantes, a simples compreensão das trajetórias em capacidades burocráticas instaladas nos entes federados e como variaram no tempo tem relevância intrínseca para que se tenha uma visão mais alargada das características do setor público nacional.

Por fim, apresentaremos as referências que subsidiaram o presente trabalho, bem como a metodologia utilizada, as comparações produzidas, e ainda, será demonstrado os achados e as descrições das tabulações propostas. Concluindo com sugestões para estudos futuros as percepções sobre o material estudado.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

O funcionalismo estadual, mesmo tendo perdido espaço na distribuição proporcional da força de trabalho do setor público nacional, aumentou de modo significativo em números absolutos; aproximadamente 40% nas últimas 3 décadas (Atlas do Estado Brasileiro, 2023).

Com a redemocratização em 1988 os estados perderam parte de seu relevo para os municípios. Como se sabe, o federalismo é a maneira pela qual há divisão do poder, no Brasil, um central (Federal), regional (Estadual/Distrital) e local (Municipal) (Dardanelli e Kincaid, 2023).

Interessante metodologia, RAI (Regional Authority Index), permite compreender os direitos dos governos para definir as regras e o mapa das políticas públicas para implementá-las (Arretche e Schelegel, 2014). Este indicador, utilizado inclusive pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE para decisão de alocação dos recursos fiscais, contudo este não é o nosso foco. O foco almejado, conforme se discutirá adiante, é sobre a autoridade constitucional dos estados, por intermédio de oito dimensões propostas. A partir dos direitos conferidos aos estados conforme dispõe a Constituição de 1988 e

considerando a metodologia RAI, o Brasil obtém 16,5 pontos. Cabe observar que esta pontuação é inferior aos estados de outros Países como Alemanha (29,3), Estados Unidos (23,2), Canadá (22,6), dentre outros. Os pontos obtidos pelos estados brasileiros se aproximam da Rússia que onde os poderes administrativos são bastante concentrados no governo central (Arretche e Schelegel, 2014). Conforme ilustram esses dados, estamos afastados das federações clássicas. E outra conclusão que se pode extrair é a perda da participação que os estados brasileiros possuem na federação. Parte das competências foram centralizadas pela União e a outra parte foi destacada aos entes municipais.

No federalismo brasileiro, a autonomia dos estados é limitada. Essa avaliação, a propósito, é compartilhada pelos brasileiros, para quem os governadores são coadjuvantes no cenário federativo nacional. Prefeitos e o Presidente da República possuem mais destaque que os governadores. Em pesquisa de opinião realizada pelo Centro de Estudos da Metrôpoles, o Presidente, para 51,3% dos entrevistados toma as decisões mais importantes, outros 22% apontaram que o prefeito como mais importante e em terceiro lugar, com 15%, consideram o governador como mais importante (Arretche e Schelegel, 2014). Talvez essa percepção coletiva seja uma razão adicional para explicar o porquê de as burocracias subnacionais serem relativamente menos

Ainda assim, no nível estadual estão funções públicas e de provimento de bens e serviços essenciais à população. Isso torna o aparato público estadual componente indispensável nas capacidades estatais voltadas a ampliar o bem-estar da sociedade. Tome-se, a exemplo, o papel central dos estados em políticas de saúde, educação e, cada vez mais, segurança pública (Neto, 2013). Ademais, grande parte da infraestrutura e das políticas a ela associadas estão com os estados. Compreender tais entes é, nesse sentido, fundamental para pensar aspectos do desenvolvimento nacional e, em particular, aspectos da heterogeneidade das capacidades do Estado brasileiro em alcançar tais macro objetivos.

A heterogeneidade e desigualdades no interior da força de trabalho do Estado brasileiro são, em nosso trabalho, pontos de partida fundamentais. Após a CF/1988 buscou-se repartir as receitas de modo a contemplar os diversos entes federados. Mas os Estados perderam fatias desses recursos para os Municípios. Os entes federados subnacionais não possuem uma capacidade expressiva para realizar investimentos. E, tal qual os municípios, estão impedidos de aumentar suas dívidas e gastos a partir da publicação da Lei de Responsabilidades Fiscal, Lei Complementar n.º 101/2000.

Neste contexto, considerando a dimensão das regiões do Brasil e seus respectivos entes, discutir a formação das burocracias subnacionais, responsáveis pela intermediação entre o ente federal, os municípios e a população, é um trabalho importante.

De fato, a partir da CF/1988 houve visível profissionalização da máquina pública. Uma das principais medidas nesse sentido foi a adoção do regime de contratação via concurso público (Lopez, Palotti e Gomide, 2023). Um serviço público lastreado na seleção que, em princípio, é meritocrática -- com todos os aprimoramentos possíveis que o instrumento ainda possa receber -- possibilita maior qualidade no ciclo das políticas públicas. Como sugeriram Lopez, Palotti e Gomide (2023), “o recrutamento de pessoas que passaram por um processo de seleção formal e competitiva é um indicativo mais seguro da combinação entre competências na gestão pública, com efeitos esperados positivos sobre a capacidade de gestão.”

Por outro lado, o estado é o ente que promove a economia local mais competitiva, atrai novos setores produtivos, permite melhoria nos níveis de bem-estar social, considerando os gastos com saúde, educação e segurança (Neto, 2013). Além de propiciar maior infraestrutura, promove desenvolvimento social por intermédio dos investimentos em educação, garante a segurança e saúde dos cidadãos ao propiciar políticas universais em seu território conduzindo a uma sociedade regional mais justa e competitiva.

A desigualdade social é patente em nosso país, e as regiões norte e nordeste são as mais afetadas. Após a CF/1988 buscou-se repartir as receitas de modo a contemplar os diversos entes federados, contudo os Estados perderam fatias desses recursos para os Municípios. Importante destacar que os entes federados subnacionais não possuem uma capacidade expressiva para realizar investimentos, apesar de serem os responsáveis pelas políticas públicas regionais. E foram impedidos a aumentar suas dívidas e gastos a partir da publicação da Lei de Responsabilidades Fiscal, LC n.º 101/2000, considerando a necessidade em adequar as receitas destas unidades sem aumentar as despesas (Cardoso Junior; Lopez, 2023).

Neste contexto, considerando a dimensão das regiões do Brasil, e seus respectivos entes é imperioso discutir a formação dos governos subnacionais, responsáveis pela intermediação entre o ente federal, os municípios e a população. Além de identificar as características burocráticas institucionais, verificando os seus aspectos mais intrínsecos e propiciar entender o funcionamento do Estado brasileiro como um todo.

Propiciar perspectivas sobre a burocracia subnacional, a partir do perfil sociodemográfico e ponto fecundo para auxiliar na compreensão da composição da formação dos entes subnacionais. Como e em que direção – se há uma – se desenvolveram as burocracias estaduais é questão essencial para a agenda visando compreender como cada nível federativo tem respondido às demandas crescentes e mais diversas de implementação de políticas públicas. É ainda, parte do investimento visando identificar aspectos centrais do federalismo brasileiro (Jaccoud, 2023).

Por exemplo, na seara dos estudos sobre as desigualdades na sociedade brasileira, tem sido crescente a exploração de como as desigualdades se manifestam no interior da força de trabalho do setor público. Nesse sentido, diversos estudos têm apontado que tanto em termos de distribuição do poder quanto nas remunerações, as clivagens de sexo e cor são tão ou mais pronunciadas que as observadas no setor privado (Teles, 2023a; Teles, 2023b; Silva e Lopez, 2023; Pinheiro, 2023). Seriam os estados manifestação também deste fenômeno?

Espera-se também, de modo exploratório, analisar algumas dimensões das desigualdades de remuneração no DF.

A burocracia possui características próprias que muitas vezes não são perceptíveis aos desatentos, portanto, não está no panorama do dever ser, real e perceptível aos olhos dos estudiosos. Assim, os dados demográficos são importantíssimos para revelar sua composição, e em parte, entender como se deu a sua formação.

As remunerações são fatores importantes para se entender a burocracia, de um lado pode-se verificar o custo que o Estado possui com determinados serviços, mas por outro pode-se contrastar com a iniquidade, pois sabe-se que as diferenças salariais impactam na distribuição de renda do país (Teles, 2023). Outra questão interessante a ser abordado são as diferenças das remunerações entre homens, mulheres e negros, possibilitando-nos perceber as diferenças na esfera estadual e por vias de consequência nas regiões do Brasil.

Outra temática relevante sobre a burocracia é o seu grau de representatividade em relação à composição sociodemográfica da sociedade. Por exemplo, a distribuição por sexo e por cor e suas respectivas remunerações e acesso a posições de poder na burocracia. (Pinheiro, 2023). O estudo aqui apresentado apresenta dados novos e importantes também sobre essa questão.

## **METODOLOGIA**

O artigo apresenta uma perspectiva descritiva, comparada e longitudinal. Será descritiva na medida em que grande parte da análise terá por objetivo descrever dados absolutos e relativos dos tópicos mencionados na introdução deste artigo. Não há intenção de aplicar modelos explicativos ou mesmo análises de regressão. A pesquisa será comparada pela forma como o perfil da burocracia será explorado: justapondo as trajetórias observadas entre os estados e enfatizando a descrição das trajetórias do que se observa no Distrito Federal. Por fim, a pesquisa adota uma perspectiva longitudinal por incluir, além da comparação, a análise de séries anuais.

A principal fonte dos dados é a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, que é uma base de dados anual com registros administrativos sobre os vínculos de trabalho formais no mercado de trabalho do país. Utilizamos os dados tabulados pela versão da RAIS<sup>3</sup> aprimorada pelo Ipea e disponibilizadas na plataforma Atlas do Estado Brasileiro (Ipea, 2023). Dessa base serão extraídas as informações centrais da análise proposta, a saber: os dados relativos à cor, sexo, remuneração média mensal, ocupação dos vínculos de trabalho registrados em órgãos incluídos na natureza jurídica “poder executivo estadual”, na tabela de Natureza Jurídica da Receita Federal do Brasil.

Os dados referem-se ao total de vínculos, não ao total de pessoas. O número de vínculos de trabalho é, usualmente maior em 15%. A análise das categorias de cor se valeu de um trabalho de imputação desses dados produzidos pelo Ipea (Silveira, 2022). As remunerações foram calculadas com base em verificações que controlaram valores extremos (outliers), de modo que valores acima de quatro desvios-padrão da média foram excluídos.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O dado mais básico e importante relativo ao funcionalismo dos executivos estaduais diz respeito a sua expansão em números absolutos. O total de vínculos de trabalho aumentou de 2,3 milhões para 2,9 milhões, de 1985 a 2021. Embora tenha crescido em números absolutos, o Executivo estadual reduziu sua participação relativa no total de vínculos dos executivos do país: passou de 48%, em 1985, para 28%, em 2021. Note-se, por exemplo, que os municípios apresentaram crescimento muito mais vigoroso em números absolutos e, por isso, relativos. Passaram de 1,5 milhão para 6,5 milhões de pessoas, o que significou um aumento percentual de 32% para 60% do funcionalismo. Enquanto o funcionalismo dos estados se expandiu 29%, o funcionalismo dos municípios se expandiu 321%. O resultado é,

---

<sup>3</sup> A Rais elaborada pelo Ipea recebe aprimoramentos entre os quais a correção de eventuais omissões ou erros de declaração pelo empregador, sendo a principal a correção de erros na natureza jurídica das organizações (CNPJs).

portanto, redução significativa do funcionalismo estadual no funcionalismo nacional. A presença de servidores estaduais no total da população brasileira, em três décadas e meia, caiu ligeiramente de 1,7% para 1,5% da população (cf. Atlas do Estado Brasileiro, 2024).

Analisamos agora a distribuição dos vínculos por categorias de cor, privilegiando as categorias mais expressivas: brancos, pardos e pretos. Portanto, ao excluir de algumas análises amarelos e indígenas o propósito é tão somente facilitar a compreensão de padrões e tendências, ao mesmo tempo em que simplificamos as informações gráficas. Neste caso, nossa série se inicia em 2004, por indisponibilidade dos dados para anos anteriores.

É notável que ao longo do período analisado, a representação da cor branca registrou redução, passando de 68% em 1985 para 65% em 2021. O total de brancos caiu de 2,03 milhões para 1,94 milhões de vínculos nos estados, representando uma redução de pouco mais de 3%. Em contrapartida, os vínculos da cor preta apresentam um aumento significativo, da ordem de 27% no mesmo período.

Os pardos também aumentaram sua participação proporcional em 1,3%, com 897 mil vínculos no funcionalismo estadual. A participação maior de negros, embora indique maior ingresso destes no funcionalismo, nada diz sobre outros aspectos da desigualdade entre as categorias de cor, tópico que será abordado adiante.

Em termos aplicados, os dados acima apontam o longo percurso e amplo espectro de ações ainda necessárias para os estados obterem êxito em políticas visando tornar mais equânime o ingresso de servidores de diferentes categorias de cor.

Em relação à presença das mulheres no serviço público estadual, a principal tendência nacional é a estabilidade. Embora a presença das mulheres não tenha sido ampliada desde meados do século XX, no setor público não se observa crescimento visível. Existem, contudo, variações longitudinais e comparadas - entre as UF's - significativas.

Conforme o último censo demográfico realizado no ano de 2022 as mulheres representam a maioria na população, 51%, cerca de 105 milhões de pessoas. No serviço público estadual, as mulheres são maioria. Na média da série histórica, representam 57% do total de vínculos. Tal contingente é, ainda assim, menor que a distribuição por sexo no funcionalismo municipal, onde a presença de mulheres supera 60%.

Em relação a escolaridade no setor público, observa-se expressivo aumento da escolaridade média, sobretudo a partir de meados da década de 1990. A expansão, em termos absolutos e relativos, ocorreu com vínculos que possuem nível superior completo. Percentualmente, este nível de escolaridade saltou de 19% para 47% do total de vínculos públicos. Embora o crescimento vigoroso também se observe entre servidores com ensino médio completo e superior incompleto, a expansão deste contingente começou a diminuir, em números absolutos, a partir de 2011.

No funcionalismo estadual, tal como observado no nível federal, houve redução do espaço relativo daqueles com até nível superior incompleto e ampliação significativa dos vínculos com nível superior completo. Enquanto o nível 1 caiu de 22% para 3%, o nível 2, de 19% para 6% e o nível 3, de 37% para 32%, no nível superior houve crescimento relativo de 22% para 57%.

Neste ponto será detalhado alguns aspectos das remunerações. As discussões acerca dos gastos com funcionalismo estão sempre sob holofote do debate público e da mídia. Grande parte da discussão se concentra no debate sobre remunerações dos servidores. Em geral, a literatura dá conta de um prêmio salarial alto no funcionalismo, mas muito heterogêneo. Silveira (2023) e Costa et al. (2021) apontam a heterogeneidade do diferencial salarial público-privado. Os últimos autores utilizam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do período de 2012 a 2018 para comparar os salários dos setores público e privado. O objetivo é identificar quais trabalhadores do setor público recebem maior prêmio salarial. Os resultados indicam que parte da diferença salarial

favorável ao setor público pode ser explicada por diferenças nas características observadas, como nível de escolaridade mais alto, maior experiência e ocupações com maior produtividade. Entretanto, ainda que controlado por essas características, os servidores públicos ainda recebem remunerações superiores pelos mesmos atributos. Ademais, há uma variação significativa entre os servidores: aqueles na esfera federal, com níveis mais altos de escolaridade (superior), e ocupações relacionadas à administração pública e à área jurídica apresentam um prêmio salarial maior quando comparados a trabalhadores do setor privado com características semelhantes.

Os dois estudos apontam também, como outros, que o diferencial favorável ao setor público estadual é de magnitude intermediária - se comparado ao governo federal e aos municípios. Nos municípios é que, frequentemente, as remunerações do setor público são inferiores ao que se paga no setor privado.

Durante a década de 1980, houve uma oscilação significativa nas remunerações médias e medianas. A remuneração média atingiu seu pico em 1986 (R\$ 4.358,18) e caiu significativamente até o final da década, com um mínimo em 1989 (R\$ 3.470,75). A mediana seguiu um padrão similar. Ambas as remunerações (média e mediana) diminuíram após 1987, refletindo as dificuldades econômicas e políticas do período. Até 1992, as remunerações continuaram a cair, atingindo os valores mais baixos da série (média: R\$ 2.516,91 em 1992, mediana: R\$ 1.907,27 em 1992).

Durante a década de 1980 verifica-se que as remunerações dos servidores da burocracia subnacional variaram. Uma década para alguns economistas como perdida, devido às crises econômicas e políticas, além da transição do regime de exceção para a democracia, diversos planos econômicos sem sucesso, um Presidente eleito faleceu, portanto, diversas crises assolaram o Brasil neste período. Podemos observar que as remunerações foram frontalmente atingidas, por oscilarem bastante, chegando a reduzir quase pela metade em 1989.

A partir de 1993, as remunerações começaram a se recuperar, com um aumento gradual até o final da década. A média em 1999 foi de R\$ 3.340,69 e a mediana foi de R\$ 2.567,88. Embora tenha havido recuperação, as remunerações ainda mostravam volatilidade anual, mas menos intensa do que na década anterior. Durante a década de 2000, houve um crescimento consistente das remunerações ao longo da década. A remuneração média passou de R\$ 3.551,28 em 2000 para o valor de R\$ 4.584,38 em 2010. A mediana aumentou de R\$ 2.830,43 para o valor de R\$ 3.630,55 no mesmo período. A partir de 2003, as remunerações apresentaram menor volatilidade, refletindo um período de maior estabilidade econômica. Nos primeiros anos da década de 2010 as remunerações continuaram a crescer, atingindo picos em 2014 (média: R\$ 5.705,17, mediana: R\$ 4.458,72) e 2015 (média: R\$ 5.836,76, mediana: R\$ 4.489,53).

Após 2015 começa a haver uma leve queda e flutuação nas remunerações, com a média caindo para o valor de R\$ 5.310,11 e a mediana para R\$ 4.292,56 em 2021. Isso reflete o impacto da crise econômica e fiscal que o Brasil enfrentou a partir de 2015. A diferença entre a média e a mediana diminuiu, indicando uma possível redução na desigualdade salarial entre os servidores públicos estaduais.

De modo geral, a análise comparada das trajetórias revela que houve um crescimento geral das remunerações médias e medianas dos servidores públicos estaduais ao longo dos anos, com variações significativas entre estados e em períodos específicos. Além disso, as discrepâncias entre média e mediana indicam desigualdade salarial nos setores públicos estaduais.

Na Administração Pública, independentemente da esfera, as remunerações e as distribuições de poder administrativo apresentam disparidades típicas de uma sociedade desigual como a brasileira (Atlas do Estado Brasileiro, 2024). Tais disparidade estão presentes se os recortes ocorrem por carreiras, por ocupações, por categorias de sexo e por categorias de cor.

Acesso a recursos, oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional também variam significativamente, impactando a motivação e a eficiência dos servidores e dos serviços prestados. Promover políticas mais justas e equilibradas no serviço público pode contribuir para uma sociedade mais equitativa, onde o mérito e a dedicação sejam devidamente reconhecidos e recompensados, propiciando também uma melhor prestação dos serviços públicos.

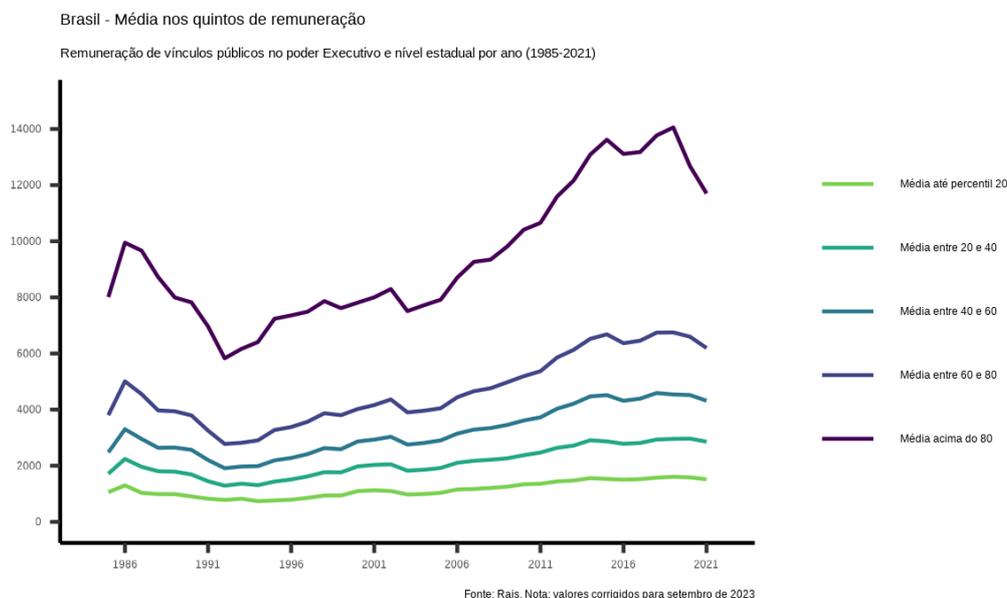
Ao abordar as desigualdades no serviço público, será adotada uma perspectiva mais voltada para a remuneração dos servidores, do que um ponto de vista mais holístico que considere todos os fatores envolvidos.

Neste momento exploramos as remunerações dos servidores, considerando os decis do primeiro ao nono. Alguns estudos já apontaram desigualdades significativas nas remunerações do setor público. (Teles, 2021; Teles, 2023; Lopez et al. 2023, Silveira, 2023). A título de informação os municípios apresentam os menores vencimentos médios, enquanto a União oferta as maiores remunerações (Lopez et al., 2021).

No gráfico 1 observa-se a trajetória dos decis remuneratórios ao longo dos anos 1985-2021. É possível verificar um incremento relevante no decis 9 ao longo dos anos, iniciando em 2011 e alcançando um ápice em 2020. Todavia, em 2021 é percebido uma leve redução. Nos decis 5 ao 8 verifica-se um incremento a partir de 2014, possivelmente, a mancha de calor vai se acentuando gradativamente, acompanhando a trajetória de incremento.

Nos demais decis não se observa qualquer alteração significativa, representando um equilíbrio na composição dessas faixas.

**Gráfico 1: Remuneração dividida em quintil na esfera estadual (1985-2021).**



Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, média nos quintos de remuneração.

Em relação às diferenças na remuneração entre sexos, nos estados, o gráfico a seguir reforça uma desigualdade que, conforme já documentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (2024) indica sistemática diferença na remuneração entre homens e mulheres, favorável aos homens, em todos os níveis federativos, poderes e anos da série histórica. O gráfico 2 apresenta a evolução da remuneração de 1985 a 2021. Ambas as linhas mostram uma tendência geral de aumento na remuneração ao longo do tempo, mas a linha azul (homens) está consistentemente acima da linha vermelha (mulheres) durante todo o

período, indicando a persistência da desigualdade de remuneração persistente entre os gêneros. Ou seja, apesar do crescimento na remuneração de ambos os gêneros, a diferença salarial não diminuiu significativamente.

**Gráfico 2: Trajetória de vínculos por sexo no nível estadual (1985-2021).**

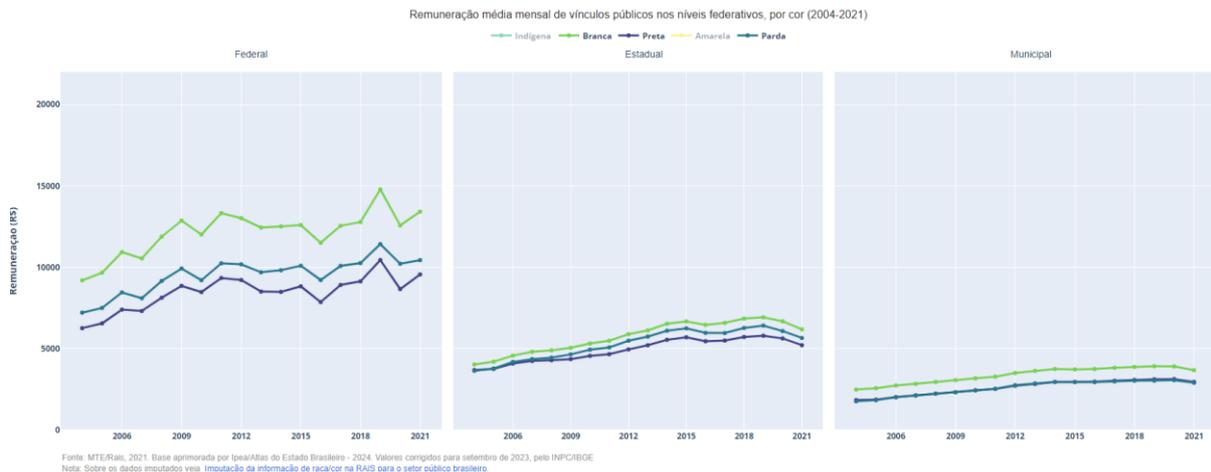


Fonte: MTE/RAIS, 2021. Base aprimorada por Ipea/Atlas do Estado Brasileiro - 2024. Valores corrigidos para setembro de 2023, pelo INPC/IBGE. Note: Os resultados de remuneração dos vínculos de Federal Civil e Federal Militar são partições do resultados do nível Federal.

Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, tabela com os vínculos por sexo.

Registramos, também, a trajetória das remunerações por categorias de cor, novamente tentando situar os estados em relação aos demais níveis federativos. Para o nível federal, nota-se que a remuneração média dos servidores brancos tem se mantido consistentemente acima dos demais grupos raciais, com um aumento gradual de 2004 a 2018, seguido por uma ligeira queda em 2019 e uma nova subida em 2021. A remuneração dos pardos também mostra um aumento ao longo dos anos, mas sempre abaixo dos brancos. A diferença entre a remuneração de brancos e pardos tende a se manter estável, embora haja uma leve aproximação em alguns anos. A remuneração média dos pretos segue uma trajetória semelhante à dos pardos, mas geralmente é ligeiramente inferior. No entanto, a diferença entre pretos e pardos não é tão pronunciada quanto a diferença entre brancos e os outros grupos.

**Gráfico 3: Remuneração média por nível federativo, por cor (2004-2021).**



Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, gráfico com os vínculos por cor e por UF.

No nível estadual, os brancos também apresentam a maior remuneração média, com um aumento consistente até cerca de 2016, seguido por uma estabilização e leve queda em 2021. A remuneração dos pardos no nível estadual mostra um padrão de crescimento semelhante ao dos brancos, mas novamente permanece consistentemente abaixo. Os pretos têm uma remuneração média ligeiramente inferior à dos pardos, com um padrão de crescimento paralelo.

No nível municipal, a remuneração média dos brancos cresce de forma mais estável e menos acentuada comparado aos níveis federal e estadual, mas mantém-se superior à dos outros grupos. A remuneração dos pardos segue um padrão de crescimento mais suave, com uma diferença menor em relação aos brancos. A remuneração média dos pretos no nível municipal é semelhante à dos pardos, mas ligeiramente inferior.

As diferenças reportadas neste artigo apontam, por trás das heterogeneidades e desigualdades consistentes, aspectos associados às diferenças nas distribuições por ocupações, cargos e carreiras. Considerando o princípio da isonomia no serviço público, o que possivelmente se observará é uma diferença nas remunerações por ocupações que se combinam com distribuições por sexo e por cor entre elas. Assim, como no que se observa

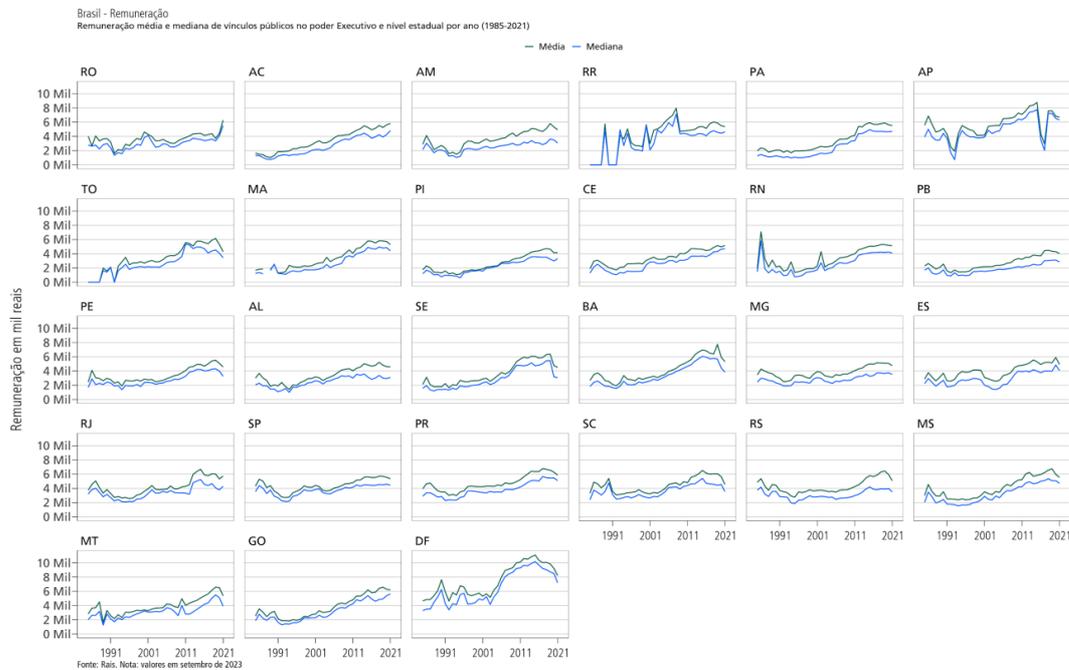
nos municípios, ocupações de menor remuneração tem presença maior de mulheres e pessoas negras. O tópico das ocupações, contudo, seria um capítulo interessante para todo um trabalho, complementar a este, dos fatores que exploram as diferenças sistemáticas no perfil do funcionalismo dos estados.

## 4. ANÁLISE COMPARADA

Esta seção compila alguns resultados comparados das análises entre as UFs, incluindo a remuneração e atributos de sexo e cor dos servidores. O objetivo é fornecer uma visão ampla das tendências observadas, mas em perspectiva comparada.

Uma análise detalhada das remunerações médias e medianas no funcionalismo público estadual mostra uma tendência de crescimento ao longo dos anos, embora com variações significativas entre estados. Alguns estados, como Tocantins e Mato Grosso, experimentaram um aumento mais acelerado nas remunerações após os anos 2000. No Distrito Federal, três fases distintas podem ser observadas: uma instabilidade inicial até 2003, um crescimento contínuo até 2015, seguido por uma queda gradual.

**Gráfico 4: Remuneração média e mediana por nível federativo (1985-2021).**

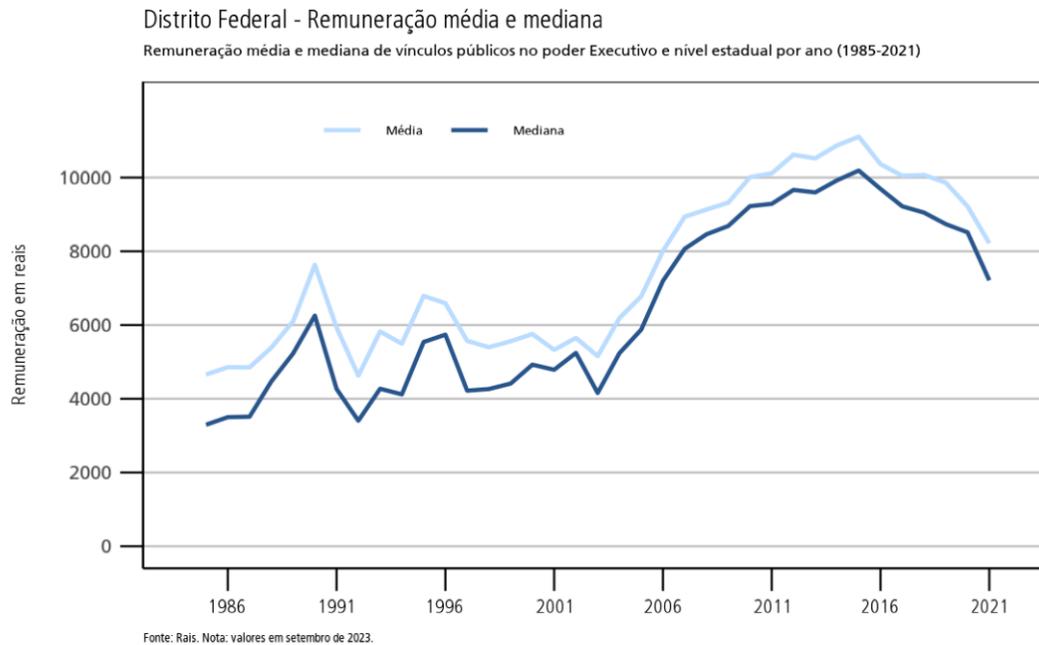


Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, tabela por UF com as remunerações médias e medianas.

O gráfico 4 ilustra as remunerações médias e medianas em diferentes estados, enquanto o gráfico 5, foca no Distrito Federal, destacando a sua posição como uma das unidades federativas com as maiores remunerações ao longo do período.

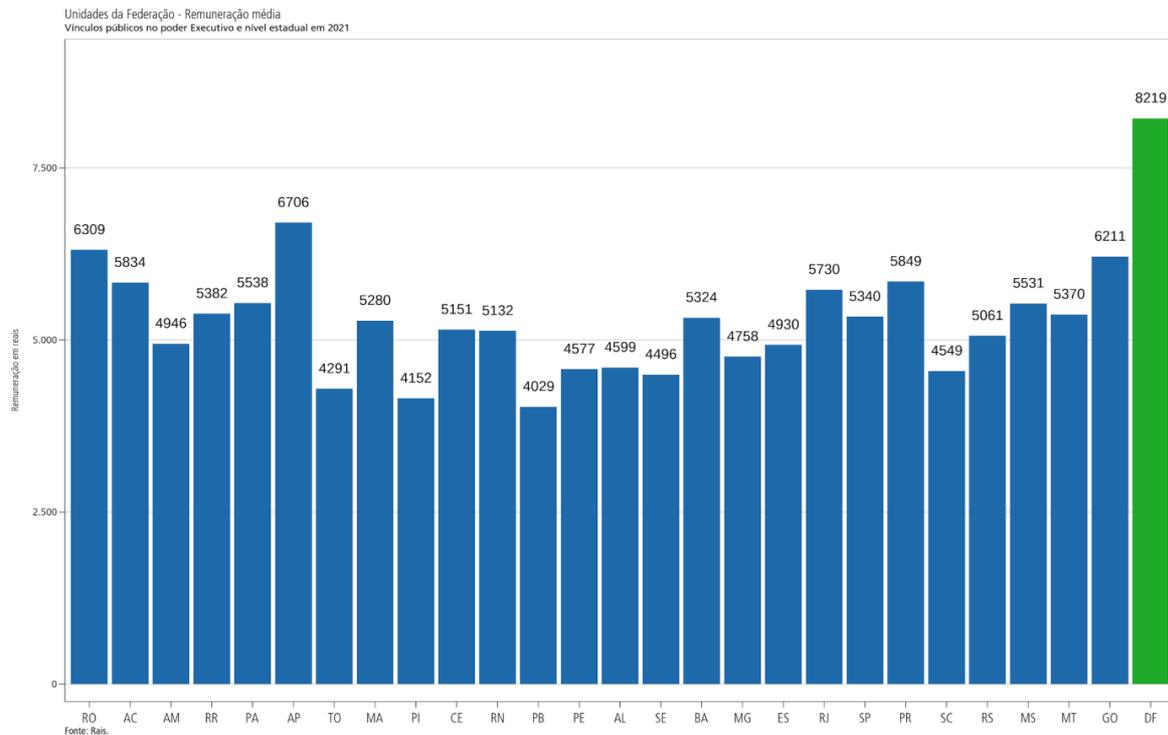
As desigualdades remuneratórias comparadas apontam que a razão salarial entre o primeiro e o nono decil das remunerações estaduais aponta para grandes disparidades, destacando-se um aumento significativo no topo da distribuição de renda, especialmente a partir de 2011, conforme pode ser observar no gráfico 1. Apesar da disparidade salarial observada em todos os estados, o Distrito Federal continua se destacando como a unidade federativa com os salários mais altos, tanto na média quanto na mediana. Isso reflete não apenas sua estrutura financeira diferenciada, mas também a concentração de funções administrativas e políticas em seu território.

Gráfico 5: Remuneração média e mediana Distrito Federal (1985-2021).



Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, gráfico com dados do DF remunerações médias e medianas.

**Gráfico 6: Remuneração média por UF (2021).**

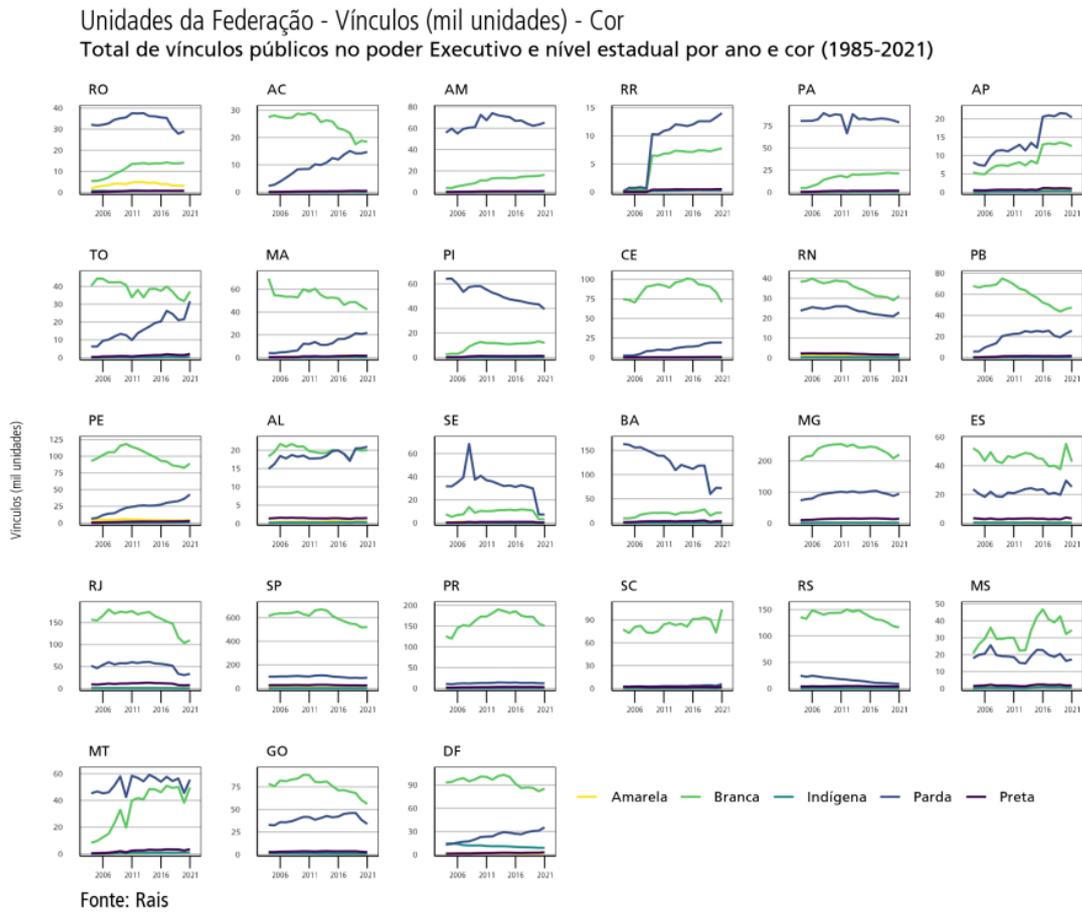


Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, tabela por UF remuneração média em 2021.

O Distrito Federal destaca-se particularmente por sua posição financeira privilegiada, alimentada por um fundo constitucional, que permite ao GDF manter salários mais altos.

Ao analisar a trajetória do funcionalismo público por categorias de cor (brancos, pretos e pardos), observa-se uma mudança significativa no perfil racial dos servidores estaduais. No Distrito Federal, entre 2004 e 2021, a participação de servidores brancos caiu de 75% para 63%, enquanto o número de servidores pardos aumentou de 11% para 26%. O número de servidores pretos também aumentou, mas continua baixo, passando de 1% para 2%.

**Gráfico 7: Vínculos por ano, cor e UF (1985-2021).**

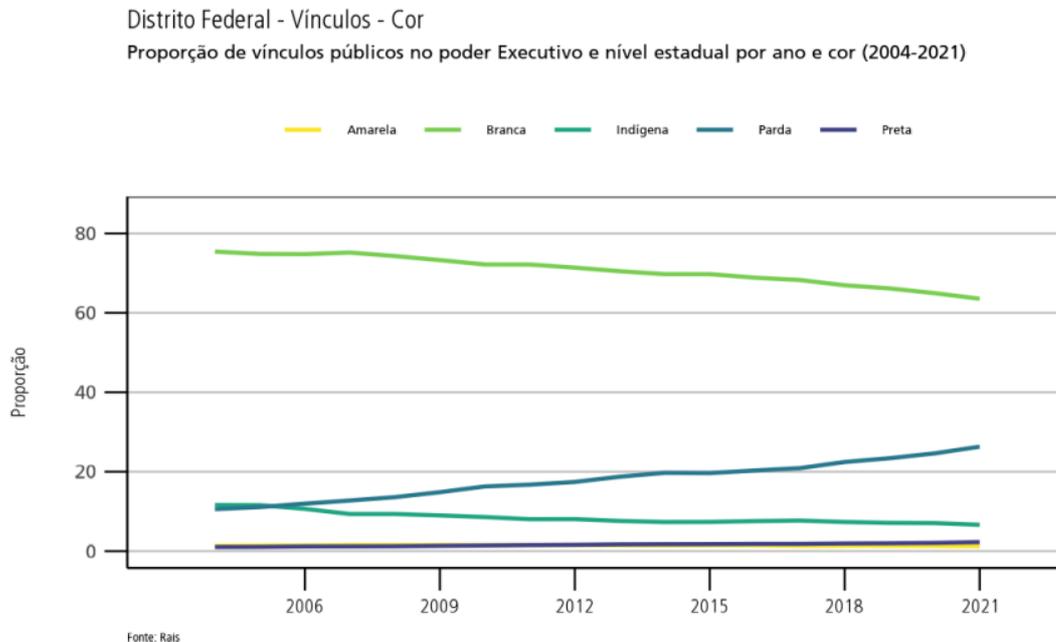


Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, tabelas de ocupação dos cargos por estado.

Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, gráfico por UF e por ano e cor.

A razão de servidores brancos em comparação com servidores pretos e pardos nos estados brasileiros, revelando uma tendência de redução dos brancos e aumento da população parda e preta em alguns estados.

**Gráfico 8: Vínculos no Distrito Federal por cor (2004-2021).**



*Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, tabelas de ocupação dos cargos por cor no Distrito Federal.*

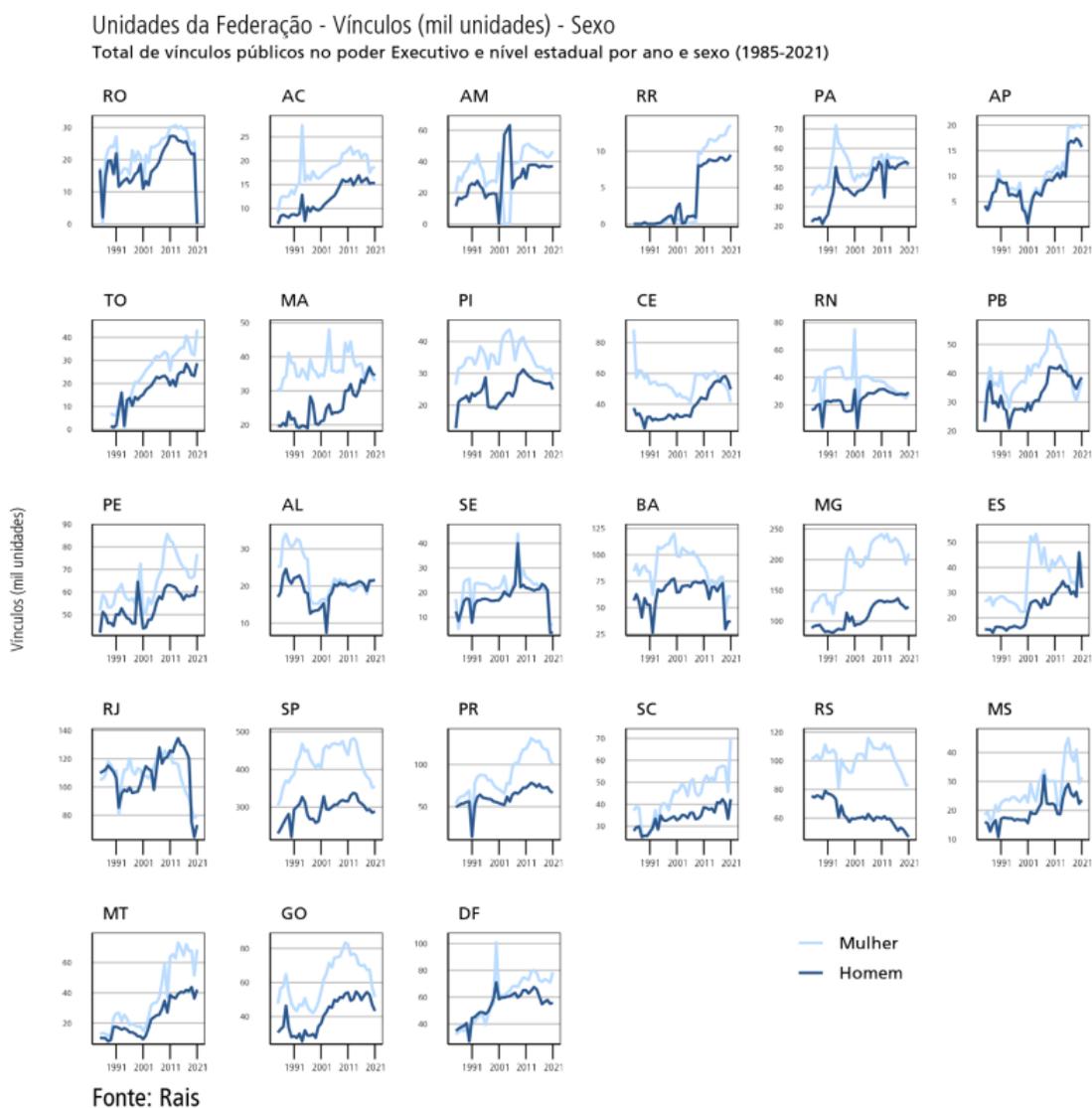
Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, gráfico do DF.

No Distrito Federal, a diminuição da participação de servidores brancos e o aumento dos pardos e pretos reflete uma lenta, mas perceptível, mudança no perfil racial da burocracia local. Entretanto, as disparidades ainda são evidentes, com brancos predominando em termos absolutos e nas posições de maior prestígio.

No que diz respeito à composição de gênero, as mulheres são maioria no serviço público estadual em muitos estados brasileiros, representando cerca de 57% dos vínculos no funcionalismo estadual. A presença feminina é particularmente alta em setores como educação e saúde. No Distrito Federal, as mulheres também compõem a maior parte do funcionalismo público, embora a proporção tenha caído levemente nos últimos anos.

O gráfico a seguir apresenta a trajetória de vínculos de trabalho por sexo no serviço público estadual entre 1985 e 2021. A tendência geral é de crescimento da participação feminina, com algumas oscilações.

**Gráfico 9: Vínculos por sexo e por UF (1985-2021).**



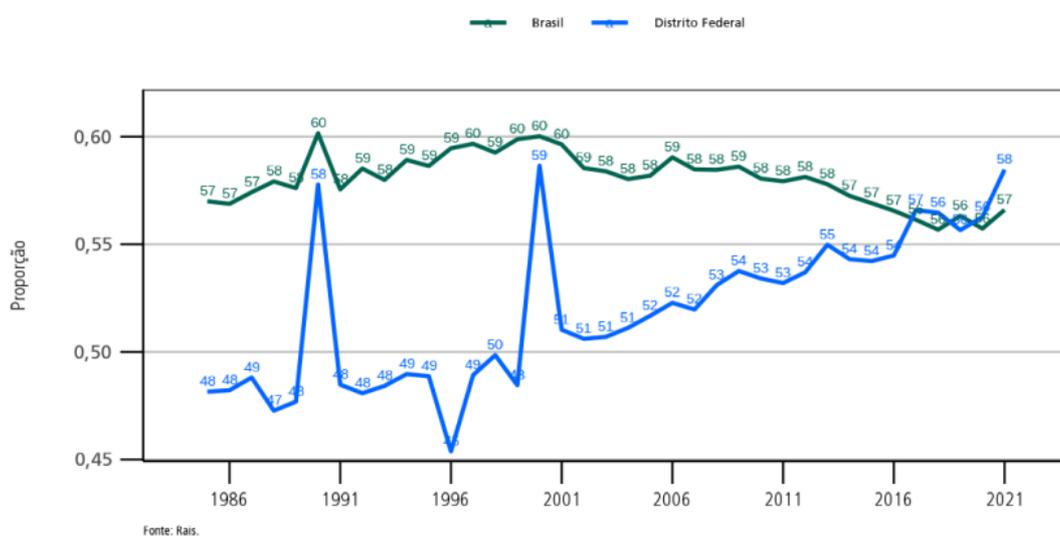
Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, tabela por UF e por sexo.

Nos estados, a presença feminina se estabilizou nos últimos anos, enquanto no Distrito Federal observou-se um crescimento constante até 2015, seguido por uma estabilização. Em estados como Minas Gerais, a diferença de gênero é mais acentuada, com as mulheres representando quase o dobro dos homens no funcionalismo.

O gráfico seguinte compara a presença de mulheres no funcionalismo público do Distrito Federal e do Brasil, destacando a diferença de trajetória no DF, onde a participação feminina passou de 51% para 58% durante o período analisado.

**Gráfico 10: Vínculos por sexo (1985-2021).**

Brasil e Distrito Federal - Proporção de mulheres  
 Vínculos nos estados no Brasil e no Distrito Federal (1985-2021)



Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, tabelas de ocupação dos cargos por sexo no DF e no Brasil.

Fonte: elaboração própria com dados provenientes da RAIS, gráfico Brasil e o DF, por sexo.

A análise comparativa entre os estados brasileiros e o Distrito Federal revela grandes disparidades em termos de remuneração, cor e sexo. O Distrito Federal, devido às suas peculiaridades administrativas e financeiras, apresenta um perfil diferenciado, com salários mais altos e uma composição de gênero e raça que, embora mais equilibrada do que no

passado, ainda reflete desigualdades significativas. Os gráficos e dados apresentados mostram a importância de continuar monitorando e analisando essas disparidades para promover uma maior equidade no serviço público brasileiro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a burocracia estadual no Brasil, com foco no Distrito Federal (DF) em comparação com os demais estados. Por meio de um estudo longitudinal, cobre o período de 1985 a 2021, explorando as variações nos vínculos de trabalho, remunerações e desigualdades por cor e sexo.

O trabalho apontou, primeiro, que a Constituição de 1988 descentralizou competências e recursos, fortalecendo os municípios e reduzindo a relevância das burocracias estaduais, o que talvez tenha produzido impacto em sua dimensão comparada. As reformas econômicas e administrativas dos anos 1990 contribuíram para essa redução, enfraquecendo a estrutura burocrática weberiana e promovendo privatizações.

Ao longo dos capítulos, apontamos haver significativa heterogeneidade na distribuição da força de trabalho e nas remunerações entre os estados. Ainda, a persistência de desigualdades salariais relacionadas a cor e sexo, com diferenças marcantes entre os mais bem pagos e os menos bem pagos.

Na análise do Distrito Federal observamos que este ente possui peculiaridades administrativas e legislativas que o diferenciam dos demais estados, como a ausência de municipalidades e o recebimento de recursos da União para políticas de saúde, educação e segurança pública. Esse é um dos fatores que torna seu orçamento mais flexível para pagar remunerações mais altas que os demais estados da federação, quando se observam médias e medianas. Entretanto, o Distrito Federal mantém trajetórias de expansão do setor público

e de manutenção das disparidades que não destoam de padrões observados na maior parte dos demais estados.

O trabalho também apresenta o estudo comparou o funcionalismo estadual com o federal e municipal, apresentando dados longitudinais sobre a proporção de vínculos de trabalho e a trajetória das remunerações. Essa comparação é essencial para contextualizar o funcionalismo estadual no panorama nacional e compreender as variações nas capacidades burocráticas.

Os dados aqui apresentados demonstram que a burocracia subnacional estadual possui sua relevância. Foi possível caracterizar este corpo de profissionais que executam as políticas públicas não executadas pelas municipalidades ou pelo governo federal.

Em relação ao Distrito Federal pode-se verificar a pujança dos seus recursos, pois ali há o maior salário médio entre esses servidores com persistência ao longo dos anos. Em relação aos quantitativos dos servidores mulheres, homens, negros e pardos, não destoam das outras unidades federativas.

As cotas raciais têm se mostrado ineficazes para combater as desigualdades de cores e entre os servidores. Fato notório que há propostas no legislativo para que a cotas raciais sejam continuadas após 2024, pois possuem validade de 10 anos, considerando a publicação da lei que foi em 2014.

O artigo contribuiu para ampliar os estudos sobre as burocracias subnacionais, portanto, mas destaca a necessidade de novas investigações empíricas descritivas e analíticas em aspectos que, sem dúvida, desvelariam várias dinâmicas aqui apresentadas. Este é o caso, por exemplo, de um estudo focado somente em ocupações, cargos e carreiras. Ou ainda, comparar as ocupações entre os diversos entes federados. Podendo ser estudado os cargos de confiança, sua ocupação por pessoas pretas, mulheres, etc. Gastos com o funcionalismo público ao longo dos anos após a democratização. Além de verificar o que ocasiona a

persistência da desigualdade das remunerações entre os servidores, e como seria possível enfrentar essas diferenças. É possível relacionar o aumento dos terceirizados com o aumento da escolaridade dos servidores.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRUCIO, FERNANDO LUIZ; LOUREIRO, MARIA RITA (2018). **Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira**. In: Pires, Roberto; Lotta Gabriela, Oliveira, Vanessa Elias de (orgs.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Ipea.

ANA LUIZA NEVES, BARBOSA; COSTA, JOANA SIMÕES. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Brasília, v. 30, n. 77, p. 2-29, abr. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt77/analisedomercado>.

ARRETCHE, MARTA. **Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. 1. 2015. São Paulo: Editora da Unesp, 489.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília-DF: Presidência da República**, [2020]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000. Acesso em: 15 jul. 2024.

DARDANELLI, Paolo; KINCAID, John. **Descentralização e centralização em federações democráticas: uma perspectiva comparada de longo prazo**. In: PALOTTI, Pedro; LICIO, Elaine Cristina; GOMES, Sandra; SEGATTO, Catarina Ianni; SILVA, André Luis Nogueira da (org.). E os Estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 2003. p. 43-71. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/9786556350509cap1>.

GERRING, John. **Social Science Methodology**. Texas, Usa. University of Texas, 2012.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Burocracia, democracia e políticas públicas: arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento**. Brasília, DF: Ipea, 2014.

JUNIOR, CARDOSO; PEREIRA (ORGANIZADOR), JOSÉ CELSO. **Burocracia e ocupação no setor público brasileiro**. Brasília, DF. IN: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3179>, 2011.

LOPEZ, FELIX GARCIA; BATISTA, MARIANA; MARENCO, ANDRÉ **Estudos sobre a burocracia no nível subnacional: Avanços e perspectivas**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 29, p. e90527, 2023. DOI: 10.12660/cgpc.v29.90527. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/90527>. Acesso em: 24 fev. 2024.

LOPEZ, FELIX GARCIA LOPEZ; GUEDES, ERIVELTON. **O Funcionalismo da Nova República: passado e presente: de 1985 a 2019**. In: LOPEZ, Felix Garcia; CARDOSO JUNIOR. José Celso (org.) *Trajetórias da burocracia na Nova República: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020)*. Brasília, DF: Ipea, 2023. p. 33-64. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-047-9/capitulo1>. Acesso em: 1 mar. 2024.

MASSACO, NATÁLIA; KOGA, ANA PAULA KARRUZ, PALOTTI, PEDRO LUCAS DE MOURA, LUIZ VIEIRA SOARES FILHO, MARCOS; GONTYJO DO COUTO, BRUNO. **When bargaining is and is not possible: the politics of bureaucratic expertise in the context of democratic backsliding, Policy and Society**. Volume 42, Issue 3, September 2023, Pages 378–391, <https://doi.org/10.1093/polsoc/puad023>. Acesso em: 15 maio. 2024.

NETO, ARISTIDES MONTEIRO (2013). **Governos estaduais no federalismo brasileiro capacidades e limitações no cenário atual**. Rio De Janeiro: Ipea, novembro.

\_\_\_\_\_ (2014). **GOVERNOS ESTADUAIS NO FEDERALISMO BRASILEIRO: CAPACIDADES E LIMITAÇÕES GOVERNATIVAS EM DEBATE**. Rio De Janeiro, Ipea.

NUNES, WELLINGTON; TELES MENDES, JOSÉ. **A elite salarial do funcionalismo público federal: sugestões para uma reforma administrativa mais eficiente**. Cadernos gestão pública e cidadania, são paulo, v. 26, n. 84, 2021.

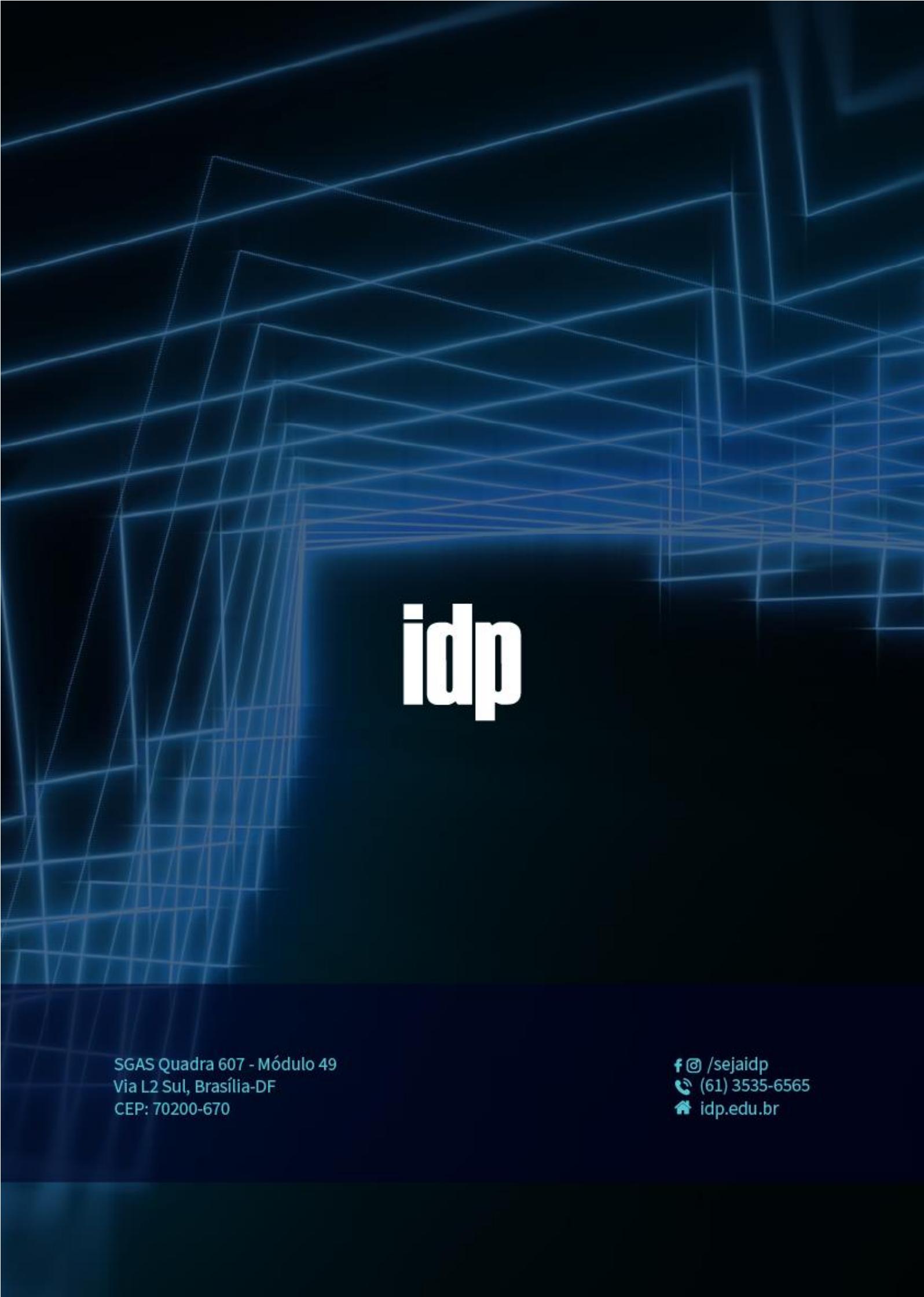
PALOTTI, PEDRO; LICIO, ELAINE CRISTINA; GOMES, SANDRA; SEGATTO, CATARINA IANNI; SILVA, ANDRÉ LUIS NOGUEIRA DA (org.). **E os Estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 2023. 771 p., il. color. ISBN: 978-65-5635-050-9. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-050-9>. Acesso em: 17 maio. 2024.

PINHEIRO, LUANA SIMÕES; TOKARSKI, CAROLINA PEREIRA; CORREA, RANNA MIRTHES SOUSA; BURILLE, STEPHANIE. **Igualdade de gênero. POLÍTICAS SOCIAIS: Acompanhamento e Análise**. Brasília, DF: Ipea, n. 30, 2023. ISSN 1518-4285.

SILVA, TATIANA DIAS. **Ações afirmativas nos estados brasileiros: o caso da reserva de vagas para população negra em concursos públicos**. In: PALOTTI, Pedro; LICIO, Elaine Cristina;

GOMES, Sandra; SEGATTO, Catarina Ianni; SILVA, André Luis Nogueira da (org.). E os Estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 2023. p 541-555. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/9786556350509cap18>.

SILVEIRA, LEONARDO. **Imputação da informação de raça/cor na RAIS para o setor público brasileiro**. Nota Técnica Ipea n. 59. Novembro de 2022.



# idp

SGAS Quadra 607 - Módulo 49  
Via L2 Sul, Brasília-DF  
CEP: 70200-670

  /sejaidp  
 (61) 3535-6565  
 idp.edu.br